ISSN: 2358-8829

INTERVENÇÃO PRECOCE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aline Perin Padilha [1]
Aline Kieskoski [2]
Geovane dos Santos da Rocha [3]
Mayara Pryscila Borsa [4]

INTRODUÇÃO

O campo de estudo do desenvolvimento humano é complexo e está em constante evolução, com novas descobertas ocorrendo frequentemente. Apesar dessa dinamicidade, é possível delinear uma regularidade no processo do desenvolvimento humano, ou seja, há acontecimentos, marcos do desenvolvimento, que são pré-determinados pela história evolutiva da espécie humana e que ocorrem com todos os indivíduos de formas semelhantes (Papalia; Martorell, 2022).

O conhecimento acerca desses padrões de normalidade é importante pois permite observar e avaliar diferentes expressões do desenvolvimento humano (Xavier; Nunes, 2016). Atualmente, pesquisadores dessa área consideram que o ciclo de vida abrange os períodos, desde o momento do nascimento até a velhice, compreendendo que, na infância, o crescimento e o desenvolvimento são mais evidentes devido às rápidas transformações que ocorrem nesse período da vida. Apesar disso, ao longo de todo o ciclo de vida há mudanças bidirecionais, ou seja, ganhos e perdas ocorrem constantemente (Berger, 2017).

Papalia e Martorell (2022) dividem o estudo do indivíduo em três domínios principais, consideradas como diferentes expressões do "eu". Assim, o domínio físico abrange aspectos fisiológicos como crescimento do corpo, aspectos sensoriais e motores. O cognitivo inclui

[1] Psicóloga Escolar e Educacional na Prefeitura de Realeza/PR, especialista em Análise Comportamental Clínica e Terapias Contextuais pela Universidade Paranaense - UNIPAR, psialinepadilha@gmail.com;
[2] Psicopedagoga na Prefeitura de Realeza/PR, Mestre pelo Curso de Métodos Numéricos em Engenharia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, akieskoski@gmail.com;
[3] Psicólogo Escolar e Educacional na Prefeitura de Realeza/PR, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, geovanesdarocha@gmail.com;
[4] Nutricionista RT do PNAE na Prefeitura de Realeza/PR, Doutoranda em Biociências e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, mayara.borsa@hotmail.com;

ISSN: 2358-8829

habilidades como memória, atenção, linguagem e pensamento, enquanto o psicossocial abrange aspectos emocionais e sociais.

Apesar de haver uma descrição do desenvolvimento usualmente considerado como típico, é preciso levar em consideração as especificidades de cada sujeito e o período de desenvolvimento em que estão. Há diferenças entre períodos do ciclo de vida, e, em cada uma deles, alguns aspectos do desenvolvimento podem ou não serem indicativos de presença de patologias.

O ciclo de vida é dividido em diferentes fases, ou períodos. Cabe destacar que essa divisão é uma construção social e que não há marcadores biológicos que indicam a adolescência ou a vida adulta, por exemplo. Enquanto construção social, o delineamento dos diferentes períodos são atravessados pela cultura e pela sociedade na qual se encontram, precisando ser analisados contextualmente.

Papalia e Martorell (2022) em suas pesquisas elaboram e descrevem oito períodos típicos do ciclo vital. O primeiro é o período *pré-natal,* que abrange a concepção até o nascimento. Em sequência, há a *primeira infância,* abarcando o nascimento até os três anos de idade, a *segunda infância* compreendendo dos três aos seis anos de idade e a *terceira infância,* período dos seis aos onze anos de idade. A *adolescência* abrange dos onze aos vinte anos, a *adultez emergente* dos 20 aos 40 anos, a *vida adulta intermediária* dos 40 aos 65 anos e após essa idade ocorre o período conhecido como *vida adulta tardia.* Outros autores, como Berger (2017), agrupam a primeira e a segunda infância em um único período por questões práticas, mas que não diferenciam-se na compreensão desse período.

Especificamente na segunda infância, ou seja dos três aos seis anos de idade, há um amadurecimento significativo do corpo e do cérebro, com presença de grande capacidade de neuroplasticidade. Com relação às funções cerebrais, nessa idade, há o predomínio da formação de áreas frontais, especializadas em funções de planejamento. Nessa fase, as crianças começam a desenvolver de forma mais abrangente a teoria da mente, que permite a aquisição da consciência e a compreensão de si e dos outros. No aspecto motor, há um salto qualitativo significativo das habilidades motoras grossas (envolvendo os grandes músculos do corpo) e das habilidades motoras finas (pequenos músculos do corpo). Outrossim, é a idade onde há início de definição de autoimagem, autoconceitos, demonstração de preferência por pares, sendo a brincadeira com pares fundamental no desenvolvimento de habilidades sociais (Bee; Boyd, 2011).

É na segunda infância que ocorre o início da escolarização obrigatória no Brasil. Desde 2013, com a implementação da Lei Federal nº 12.796, crianças com idades entre 4 e 5

ISSN: 2358-8829

anos, que estão na segunda infância, iniciam sua vida escolar na turma Infantil IV. Embora algumas crianças já estejam inseridas desde a primeira infância em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's), é nesse momento que muitas têm o primeiro contato com a realidade educacional. A obrigatoriedade da matrícula para essa faixa etária ocorre justamente devido a importância de desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais nesse período do ciclo de vida.

A aquisição dos marcos do desenvolvimento ocorre a partir de interações entre múltiplos componentes, que se inter-relacionam entre si. Há concordância dos pesquisadores desse campo, de acordo com Bee e Boyd (2011), que cada faceta do desenvolvimento infantil sofre influências do ambiente e de heranças genéticas. Assim sendo, existem diversos componentes que podem ocasionar atrasos no desenvolvimento infantil.

Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde com 13 mil crianças, em capitais brasileiras, verificou que 12% das participantes, com idade menor do que cinco anos, apresentavam indicativos de atraso no desenvolvimento infantil (Brasil, 2023). Carvalho et al. (2025) em uma pesquisa de cunho quantitativo e transversal, realizada com 90 crianças menores de cinco anos e seus principais cuidadores, identificaram que o atraso no desenvolvimento infantil se mostrou positivamente associado a baixo peso ao nascer, alterações de comportamento infantil, mãe com dois filhos e residência em local sem saneamento básico.

Já uma pesquisa qualitativa e exploratória, realizada por Souza et al. (2025), baseada em uma revisão integrativa de literatura, identificaram que a exposição excessiva de crianças a telas pode ocasionar problemas no sono, alterações hormonais, e regressão de habilidades socioemocionais e que, ao reduzir o tempo de tela, muitas crianças apresentam remissão de sintomas que eram associados a diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH).

De forma abrangente, Papalia e Martorell (2022) postulam que o campo do desenvolvimento humano busca não apenas descrever regularidades, mas também explicar porque certas habilidades ocorrem em um dado período da vida e porque algumas pessoas podem apresentar dificuldades para adquirir certas habilidades, não como um fim em si mesmo, mas como uma forma de intervir eficazmente em quaisquer dificuldades que ocorram.

As práticas de intervenção precoce (IP), nesse sentido, são importantes aliadas ao processo de estimulação, tanto para crianças que estão expostas a fatores de risco, quanto para crianças que já apresentam atraso no desenvolvimento. As IP's são condutas especializadas e

ISSN: 2358-8829

multidisciplinares, que utilizam estratégias baseadas na ludicidade, interação e afetuosidade, e que visam desenvolver habilidades em diferentes áreas do desenvolvimento infantil, especialmente na primeira e segunda infância (Plaisance, 2025).

Apesar da importância da intervenção precoce, muitas vezes sua aplicação fica restrita à espaços clínico, como observado por Marini, Lourenço e Barba (2017), em uma revisão sistemática de literatura, que apontou resultados positivos associados à essas práticas, mas uma restrição significativa a sua realização em espaços de cuidado em saúde, sendo predominantemente clínicas e não incluindo a participação da comunidade e a família.

Nesse sentido, a educação infantil pode ser um ambiente riquíssimo em termos de possibilidades para a aprendizagem e um potencial espaço para práticas de intervenção precoce (Brito; Tolentino; da Hora, 2025). Compreendendo que na segunda infância podem ocorrer atrasos no desenvolvimento infantil que impactam significativamente a vida de crianças e que a intervenção precoce é uma ferramenta válida para o desenvolvimento de habilidades nessa faixa etária, o presente estudo intenta relatar uma experiência de aplicação de um projeto piloto de intervenção precoce em um município do Sudoeste do Paraná, no contexto da educação infantil.

METODOLOGIA

Este projeto foi delineado pela Equipe Multidisciplinar do município de Realeza/PR, seguindo os Parâmetros de pesquisa com seres humanos (Resolução CNS nº466/2012) e tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fronteira Sul (CAEE nº 86393825.3.0000.5564).

A demanda para criação desse projeto partiu da percepção dos próprios profissionais da equipe, que, ao se debruçarem sobre suas vivências cotidianas de trabalho, observaram, em diferentes instituições escolares do município, a presença significativa de déficits de habilidades imprescindíveis ao desenvolvimento infantil, que causavam repercussões na educação infantil e, posteriormente, no ensino fundamental.

Dessa forma, o intuito desse projeto piloto era avaliar a viabilidade e a eficácia de intervenções precoces no contexto da educação infantil, abrangendo três turmas de Infantil IV de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município, contando com a participação total de 40 crianças, todas com idade entre 4 e 5 anos. Os responsáveis de todas as crianças participantes foram devidamente informados sobre a realização do projeto e

ISSN: 2358-8829

assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando a realização das intervenções.

Optou-se por realizar o projeto com as turmas do Infantil IV devido a se tratar da primeira turma com matrícula obrigatória na educação infantil, conforme disposto na Lei Federal nº 12.796/2013. A idade para o ingresso no Infantil IV é entre 4 e 5 anos, período que é conhecido na literatura como segunda infância.

O planejamento das atividades interventivas foi realizado pela Equipe Multidisciplinar. Cita-se que todas as atividades aplicadas possuíam caráter lúdico, sendo dirigidas e intencionais, elaboradas com intuito de desenvolver habilidades básicas e fortalecer repertórios de autonomia, alimentação, pré-afabetização, socioemocional e cognitivo.

O projeto teve uma duração total de 24 semanas ao longo do ano de 2025, sendo que, durante esse período, ocorreram aplicações diárias de atividades nas salas de aula, realizadas com grupos de cerca de 20 crianças cada, com duração média entre 30 a 40 minutos. As professoras regentes das turmas participaram no manejo e realização de todas as atividades. Em algumas das semanas, também foram enviados jogos ou brincadeiras como sugestão de tarefa da casa para os pais, para reforçar habilidades trabalhadas e favorecer a convivência familiar.

Para analisar a eficácia das intervenções, optou-se pela utilização de instrumentos de mensuração do desenvolvimento infantil, respondidos pelas professoras, no caso de habilidades de autonomia, alimentação, socioemocionais e cognitivas, ou em aplicação direta com as crianças, no caso da avaliação das habilidades pré-alfabetização. Após o fim das intervenções, os mesmos instrumentos foram reaplicados. Além disso, o acompanhamento sistemático e diário das professoras permitiram relatos imprescindíveis que contribuíram significativamente para a avaliação da viabilidade e dos resultados do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange aos resultados diretamente observados, podemos verificar a aquisição de habilidades em diferentes campos do desenvolvimento infantil, como comunicação e linguagem, cognição, socioemocional, pré-alfabetização e autonomia. Esses ganhos foram indicados nos instrumentos utilizados e, também, na observação sistemática realizada pelas professoras regentes, que acompanhavam os alunos regularmente.

ISSN: 2358-8829

Em comunicação e linguagem, notou-se melhor desempenho na capacidade das crianças de expressarem suas ideias e opiniões, bem como de compreender pares e adultos nas relações cotidianas. Na área cognitiva, denota-se ganhos como aumento da capacidade atencional, maior engajamento das crianças nas atividades, inclusive àquelas que não faziam parte do projeto, e aprendizagem de estratégias de memorização.

No aspecto socioemocional, percebeu-se aquisição de habilidades relacionadas a melhor convivência entre pares, desenvolvimento da atenção compartilhada e da compreensão da linguagem não verbal, capacidade de compreender emoções e sentimentos em si e nos outros e maior capacidade de autorregulação. Nas habilidades de pré-alfabetização foram observados ganhos em aprendizagem de noções de posição, quantidade, tamanho e lateralidade. Por fim, em autonomia, notou-se desenvolvimento de maior independência das crianças.

Já os resultados observados indiretamente referem-se aos ganhos profissionais que a equipe multidisciplinar e os professores envolvidos no projeto puderam obter. A aplicação de tais intervenções propiciou uma visão ímpar acerca do desenvolvimento infantil e da funcionalidade de um projeto com tal delineamento, contribuindo para a realidade educacional de todo o município.

Rodrigues (2023) descreve, em um relato de experiência, que uma intervenção precoce realizada com uma criança que apresentava sinais de risco para o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente clínico, em consonância com orientações maternas, propiciou o desenvolvimento e avanço de habilidades de socialização e comunicação, bem como diminuição de comportamentos de irritabilidade.

Bitencourt, Lemes e Neves (2022) realizaram uma pesquisa, utilizando como método a revisão bibliográfica e a investigação quantitativa com uso de questionário, onde concluíram que a intervenção precoce é uma ferramenta valorosa para crianças com Deficiência Intelectual, Múltipla e Transtorno de Espectro Autista (TEA), contribuindo com a inclusão social destas ao promover o desenvolvimento de habilidades comunicativas, interacionais e motoras.

Em uma revisão integrativa de literatura, Cavalcante et al. (2023) buscaram identificar se a intervenção precoce, baseada na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), era benéfica para o desenvolvimento de crianças com TEA. A conclusão do estudo indicou bons preditores da intervenção precoce para habilidades cognitivas, sociais e comportamentais.

Ribeiro et al. (2026) em uma revisão bibliográfica qualitativa encontraram indicadores importantes que práticas de intervenção precoce trazem resultados positivos para o desenvolvimento global de crianças. Uma revisão integrativa da literatura realizada por Silva

ISSN: 2358-8829

et al. (2020) concluiu que práticas de intervenção precoce favorecem o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais, beneficiando campos educacionais e clínicos, especialmente em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Denota-se que o objetivo deste projeto não era *traumatizar* a educação, mas criar e propiciar ferramentas que dialogassem com a realidade da instituição escolar e fossem passíveis de serem replicadas no contexto educacional, que fizessem sentido com o cotidiano das instituições e, principalmente, que promovessem o desenvolvimento infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de elaboração e aplicação de um projeto de intervenção precoce nos parâmetros supracitados foi singular, transformadora e desafiadora, com presença de situações que requeriam manejo de grupo e mudanças do planejamento realizado. No entanto, por tratar-se de um projeto piloto, considera-se que as intervenções propiciaram ganhos significativos para o desenvolvimento infantil nos três domínios do "eu".

O resultado do estudo reforça que práticas de intervenção precoce são benéficas, especialmente quando incluem a participação da comunidade e da família. Além disso, os avanços observados no projeto piloto permitirá que, no futuro, essa prática continue sendo aplicada no município em questão e que continue em constante processo de refinamento.

Na literatura pesquisada, observou-se que a maior parte das práticas realizadas no contexto da intervenção precoce são realizadas no contexto clínico e com crianças que já apresentam indicativos significativos de atraso no desenvolvimento. Nesse sentido, reitera-se a importância da realização de pesquisas que incluam ambientes educacionais como potenciais aliados de práticas interventivas e coletivas e que analise os ganhos de diferentes perfis de crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Intervenção Precoce; Equipe MultiInterdisciplinar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho somente tornou-se possível e viável pelo apoio e incentivo da Secretaria Municipal de Educação e da Gestão Administrativa do município de Realeza/PR. Estendemos nossos sinceros agradecimentos pelo suporte e encorajamento ofertados.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BEE, Helen; BOYD, Denise. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BERGER, Kathleen Stassen. **O desenvolvimento da pessoa do nascimento à terceira idade**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BITENCOURT, Inocêncio de Andrade; LEME, Pilon Reducino; NEVES, Aparecida. A influência da intervenção precoce no processo de inclusão social. **Apae Ciência**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 90–98, 2022. DOI: 10.29327/216984.17.2-12.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resumo executivo: Projeto PIPAS 2022: indicadores de desenvolvimento infantil integral nas capitais brasileiras.** Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

CARVALHO, José Santana et al. Fatores associados ao risco de atraso no desenvolvimento de crianças menores de cinco anos internadas por condições sensíveis à atenção primária. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 25, p. e20240013, 2025. DOI: 10.1590/1806-9304202500000013.

CAVALCANTE, Suyane Santana et al. Benefícios da análise do comportamento aplicada para intervenção precoce no transtorno do espectro autista (TEA). **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. e10812340531, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i3.40531.

MARINI, Bruna Pereira Ricci; LOURENÇO, Mariane Cristina; BARBA, Patrícia Carla de Souza Della. Revisão sistemática integrativa da literatura sobre modelos e práticas de intervenção precoce no Brasil. **Revista Paulista de Pediatria,** v. 35, n. 4, p. 456–463, 2017. DOI: 10.1590/1984-0462/;2017;35;4;00015.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento humano**. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

PLAISANCE, Éric. Intervenção precoce e educação inclusiva. **Cadernos de Pesquisa**, v. 55, p. e12071, 2025. DOI: 10.1590/1980531412071.

RIBEIRO, Alesy dos Santos et al. Desenvolvimento neuropsicomotor na primeira infância: fatores de risco, sinais de alerta e a importância da intervenção precoce. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 1711–1726, 2026. DOI: 10.36557/2674-8169.2026v8n3p1711-1726.

RODRIGUES, Tamires da Silva. Psicologia e primeira infância: um relato de experiência sobre a intervenção precoce no autismo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 574–581, 2023. DOI: 10.51891/rease.v1i1.10549.

SILVA, Chrisllayne Oliveira et al. Benefícios da intervenção precoce em crianças com transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão integrativa. **Research, Society and Development,** [S. l.], v. 9, n. 7, p. e256972474, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.2474.

SOUZA, Luis Henrique Brito Barreto et al. O uso excessivo de telas e o atraso no desenvolvimento infantil e diagnósticos equivocados de transtornos do neurodesenvolvimento: banalização do uso de psicofármacos e suas consequências. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 6, p. 1328–1350, 2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n6p1328-1350.

XAVIER, Alessandra Silva; NUNES, Ana Ignez Belém Lima. **Psicologia do desenvolvimento.** 4. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015.